

Evolução Estratégica da Aliança Atlântica

Manuel José Alvarenga de Sousa Santos

General piloto aviador, representante militar de Portugal na OTAN e UEO de 1994 a 1997.

ANTERIOR ESTRATÉGIA

Os acontecimentos que marcaram o final da década de 80 alteraram radical e positivamente o contexto de segurança europeia, o que conduziu à reformulação do Conceito Estratégico da Aliança. O anterior conceito, adoptado em 1967, baseava-se nos conceitos de Defesa Avançada e da Resposta Flexível. O primeiro considerava que um ataque em grande escala e reduzido aviso prévio pelas forças da União Soviética e dos seus aliados do Pacto de Varsóvia, poderia ser dissuadido ou contido através da manutenção de uma forte postura defensiva, com grande número de forças, em elevado estado de prontidão, estacionadas perto de uma antecipada zona de confrontação junto das fronteiras da OTAN com o Pacto de Varsóvia, com o objectivo de impedir o avanço inimigo e dar tempo à chegada de reforços provenientes primariamente do continente Norte Americano. Para a implementação do segundo conceito, as forças da Aliança estavam equipadas com armas nucleares, estratégicas e táticas, o que lhes proporcionava uma série de opções militares, a empregar de acordo com as circunstâncias. As potenciais respostas não estavam pré-estabelecidas mas seriam as adequadas à agressão (resposta flexível) e, conseqüentemente, constituíam um dos factores que o potencial agressor, teria de considerar nas suas previsões e planeamentos, pois havia a possibilidade de um ataque convencional poder escalar para uma resposta nuclear por parte da NATO, tanto a nível tático como estratégico.

Na Cimeira de Londres de Julho de 1990, os Chefes de Estado e de Governo da Aliança, acordaram na necessidade de transformar a OTAN com vista a reflectir a nova ordem internacional. O resultado final, ou seja o actual Conceito Estratégico, publicado como documento não classificado, em contraste com o anterior documento que estava classificado de secreto, foi adoptado na Cimeira de Roma, em Novembro de 1991.

ESTRATÉGIA ACTUAL

O actual conceito Estratégico da Aliança, é profundamente diferente do seu predecessor e reflecte as mudanças políticas operadas na Europa. Baseia-se na premissa de que “a ameaça de um ataque em várias frentes e em grande escala deixou de constituir o ponto focal para a estratégia da Aliança” e que a OTAN se não considera adversária de ninguém. Ainda

que reconhecendo que as capacidades militares e nucleares da antiga União Soviética devem ser tidas em conta no novo equilíbrio estratégico a fim de preservar a estabilidade e segurança na Europa, o Conceito Estratégico é claro ao assumir que os riscos à segurança aliada poderão advir, não tanto de uma agressão calculada, mas da instabilidade em certas regiões, incluindo rivalidades étnicas e disputas territoriais na Europa Central e Oriental. Daí que seja mais difícil prever as actuais ameaças à OTAN, havendo um acrescido risco de pequenas crises locais poderem escalar rapidamente, requerendo uma resposta imediata.

O actual Conceito Estratégico reconhece ainda, que as possibilidades de se atingirem os objectivos da Aliança por meios políticos é agora maior do que nunca. A segurança e a estabilidade envolvem outros elementos que estão para além do âmbito da defesa puramente militar, o que é reflectido nesta nova e abrangente abordagem à política de segurança preconizadora do diálogo e da cooperação. Esta política destina-se a reduzir o risco para a ocorrência de conflitos e a desenvolver a confiança mútua, incluindo a parceria entre todos os países europeus na procura de soluções para os problemas que afectam a segurança comum e a estabilidade, de que ressaltam o controlo dos armamentos e o incentivo ao desarmamento, assim como a redução das forças aos níveis mínimos consistentes com os requisitos de defesa.

Implicações militares

É nesta conjuntura, que o actual Conceito Estratégico prevê a manutenção de um misto de forças convencionais e nucleares, embora em número e estados de prontidão significativamente mais baixos, redimensiona as missões militares da Aliança no âmbito das Operações de Apoio à Paz e da Gestão de Crises e contribui para o desenvolvimento da confiança e do diálogo. A alteração do Conceito Estratégico teve como consequência o abandono dos conceitos de defesa avançada e da resposta flexível, com a resultante redução da dimensão e prontidão das forças convencionais da Aliança e a dependência das armas nucleares.

Desenvolvimentos subsequentes

A nova abordagem à segurança consagrada no Conceito Estratégico tem sido progressivamente desenvolvida e intensificada desde 1991. Com base neste conceito o Comité Militar elaborou a directiva para a sua

implementação militar, designada por MC 400, que foi publicada em Dezembro de 1991. Desde então os desenvolvimentos relativos à segurança foram não só mais rápidos do que previsto como de grande significado. Este facto foi reconhecido não só na reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros em Junho de 1992 em Oslo, mas particularmente na Cimeira de Janeiro de 1994 em Bruxelas, onde foi reconhecida a necessidade de um exame para determinar como as estruturas e procedimentos políticos e militares deveriam ser adaptados para permitir a condução eficiente e flexível de todas as missões da Aliança, incluindo as de manutenção de paz (peacekeeping), assim como melhorar a cooperação com a UE e reflectir a emergente Identidade Europeia de Segurança e Defesa (ESDI). Isso conduziu à necessidade de uma actualização do MC 400 (Directiva do MC para a Implementação Militar da Estratégia da Aliança), que tendo sido aprovado em 13 de Junho de 1996, passou a designar-se por MC-400-1. Este documento, em conjunto com outros que têm vindo subsequentemente a complementar o actual Conceito Estratégico, constituem a base e a referência que permitem ao Comité Militar e aos *Major NATO Commands* (MNCs), com o contributo e aprovação das nações, desenvolver conceitos, planos, estruturas e procedimentos, como veremos mais adiante quando abordarmos a nova Estrutura de Comandos.

Como vínhamos a referir, esta nova abordagem à segurança, formalizou o estabelecimento do Conselho do Atlântico Norte em Cooperação (NACC) em 1991, criou a Parceria para a Paz (PfP) em 1994 e tem vindo a desenvolver relações especiais com a Rússia e Ucrânia. A Aliança comprometeu-se a negociar uma actualização do Tratado CFE, tendo a gestão de crises passado a desempenhar um papel cada vez mais importante no planeamento de defesa, tal como ficou claro nas decisões ministeriais de 1992, que preparadas em apoio das operações de manutenção de paz no âmbito de responsabilidades assumidas pela OSCE¹ ou ONU, conduziram ao empenhamento pela primeira vez da OTAN, quer no apoio à UNPROFOR, quer, posteriormente, liderando a IFOR e SFOR na Bósnia.

Consequências práticas

O fim da Guerra Fria, a adopção da nova estratégia da OTAN e o desejo de colher os dividendos da paz, têm tido consequências profundas

1 Na altura ainda designada CSCE.

na estrutura de forças da Aliança e na sua postura militar. Isto, por sua vez, tem tido reflexos nos orçamentos de defesa, no dimensionamento da estrutura das forças convencionais e nucleares da Aliança, na sua prontidão, no seu dispositivo e no objectivo dos exercícios militares.

Gastos com a defesa

Fazendo uma breve referência a cada um destes aspectos e começando pelos gastos, verifica-se que nas décadas de 70 e 80 os gastos com a defesa na maioria dos países da OTAN, aumentaram proporcionalmente ao PIB. Verifica-se ainda, que após 1989 houve uma drástica redução nas despesas com a defesa que, em relação ao PIB, decresceram de 4.1% em 1990 para 2.8 % em 1996.

Estrutura de Forças

Entre 1990 e 1996, as despesas com a defesa dos países da OTAN diminuíram de 22% em termos reais, podendo apontar-se como exemplo de descidas importantes, os 25% que se verificaram nos Estados Unidos e Reino Unido e os 28% na Alemanha.

No que respeita à estrutura de forças, os cortes orçamentais para a defesa tiveram como consequência uma correspondente redução nos sistemas de forças das nações aliadas. Em termos globais, houve uma redução de 24% no pessoal, consubstanciada na diminuição em 35% de unidades combatentes terrestres, 32% navais e 41% aéreas. Os maiores cortes, cerca de 50%, verificaram-se nos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

As actuais solicitações, originadas pelo risco de ocorrência de conflitos regionais com possibilidade de alastrarem para situações de Artº 5º, assim como a execução de missões segundo mandatos das Nações Unidas ou OSCE, exigiram que os sistemas de forças fossem reestruturados e readaptados, conferindo-lhes maior mobilidade e flexibilidade e ajustando-os à execução de missões de Artº 5º e não-Artº 5º.

Prontidão das Forças

Em relação à sua prontidão, o desaparecimento de uma ameaça imediata, permitiu reduzir o estado de prontidão das forças aliadas. Como se cons-

tata na figura (Fig. 1), a diminuição da estrutura de forças foi acompanhada ainda por uma significativa redução da prontidão nas forças remanescentes, verificando-se em termos aproximados que:

- as forças terrestres passaram de 90% prontas até 2 dias, a 35% prontas até 30 dias;
- as forças aéreas passaram de 70% prontas até 12 horas, a 50% prontas até 30 dias;
- e as forças navais passaram de 75% prontas até 2 dias, a 60% prontas até 30 dias.

Assumindo apenas as necessidades determinadas pela Defesa Colectiva, os actuais requisitos para a prontidão de forças poderiam ser ainda mais reduzidos. No entanto, as necessidades originadas por novas missões assumidas pela Aliança, como por exemplo operações não Artº 5º, impõem a estrutura de forças e as prontidões mencionadas.

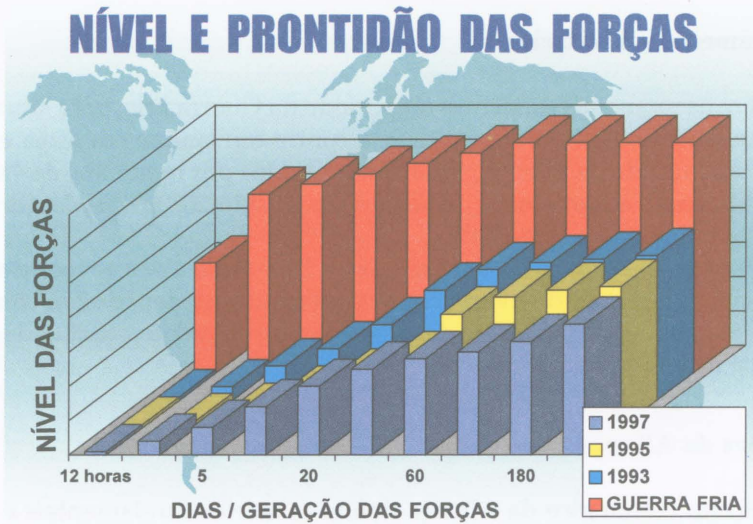


Fig. 1

Forças nucleares

No que respeita às forças nucleares e em resultado de vários acordos, as forças estratégicas têm sido gradualmente reduzidas. Na Europa, os meios sediados em terra estão actualmente limitados a uma reduzida capacidade de bombardeamento nuclear. A redução que foi de cerca de 80% teve início em 1991, e completou-se em 1993.

Os submarinos britânicos estão presentemente a reduzir em 25% o seu número de ogivas nucleares, tendo a França anunciado a desactivação do seu sistema de mísseis de curto e médio alcance. Os EUA, ao abrigo do START I reduziram cerca de um terço e com o START II a redução será elevada para dois terços (entre 3000 a 3500 ogivas).

Forças estacionadas na Europa

Em consequência das alterações verificadas, o dispositivo de forças aliadas estacionadas noutros países da Aliança, foi substancialmente reduzido, passando de um efectivo de 450.000 para 150.000 homens, dos quais dois terços são americanos.

Planeamento e Exercícios

Também os requisitos existentes no período da Guerra Fria, para situações de planeamento que previam a defesa contra um ataque em larga escala e o reforço rápido da Europa, foram substituídos por requisitos de âmbito mais alargado adaptados a situações de gestão de crises de carácter regional e operações não-Artº 5º.

Os países que aderiram à Parceria para a Paz, estão a ser envolvidos em exercícios OTAN, sendo evidentes as vantagens que daí advêm, como se prova pela sua boa prestação na operação actualmente conduzida pela Aliança na ex-Jugoslávia.

Missões da Aliança

O Conceito Estratégico da Aliança define as tarefas fundamentais e uma aproximação genérica à segurança. O MC-400-1 implementa, no âmbito militar, o Conceito Estratégico da Aliança ao especificar, complementado por documentos subsequentes, as directivas militares estratégicas, nomea-

damente missões, requisitos e capacidades militares, assim como os princípios estruturais para a adaptação interna da Aliança, capacitando-a para responder a todo o espectro de actividades e missões.

A contribuição militar para as missões da Aliança são perspectivadas no âmbito da Defesa Colectiva, Operações de Apoio à Paz, Expansão da Estabilidade e Contra-Proliferação:

Defesa Colectiva. A defesa colectiva como descrita no artº 5º é a missão central da Aliança. Deve existir a capacidade para enfrentar um ataque de larga escala e simultaneamente, outras forças da Aliança, poderem desenvolver operações militares em qualquer outro lugar. *Esta capacidade deve ser desenvolvida para lidar com crises localizadas e não com a generalidade do território da Aliança, como do anterior.* Assim, o planeamento para a conduta da defesa colectiva da Aliança deve focalizar-se em regiões delimitadas do seu território, permitindo a realização de operações conjuntas e combinadas conduzidas sob o comando e controlo de quartéis gerais localizados nessas regiões.

Operações de apoio à paz (PSO). Este tipo de operações pode envolver um leque alargado de possibilidades. Poderá ser multi-direccional, ter tendência para a escalada e pode extravasar as fronteiras onde se desenrola (*spill over*). Os requisitos e as características das forças e meios a envolver neste tipo de operações, são compatíveis com o uso selectivo dos meios que estão previstos para a defesa colectiva, eventualmente adaptados a esse tipo de operações.

Existe uma clara semelhança no contexto da defesa colectiva, entre as Operações de Apoio à Paz (PSO) e as de gestão de crises. A gestão de crises tem várias facetas que se poderão identificar não só com a defesa colectiva, mas igualmente com as novas missões da Aliança, incluindo as de apoio à Paz (PSO), em operações conduzidas em apoio ou sob a égide das Nações Unidas ou OSCE. Portanto, sob o ponto de vista militar, a Aliança deve ser capaz de realizar todas estas missões, tendo como base as capacidades desenvolvidas para a defesa colectiva.

Expansão da estabilidade. Devem ser envidados todos os esforços conducentes à criação e expansão da estabilidade, com especial ênfase na Cooperação e no diálogo, Parceria para a Paz (Pfp), Alargamento, Controlo de Armas e Desarmamento.

Durante a reunião ministerial de 30 de Maio de 1997, em Sintra, foi decidido criar o Conselho de Parceria Euro-Atlântica (EAPC). Este Conselho que substitui o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (NACC), foi

um avanço qualitativo para a cooperação dinâmica e multifacetada, já existente e enquadrada pelo NACC e PFP.

Também em Sintra foi decidido intensificar a Parceria para a Paz ao reforçar o elemento de consulta política, dando maior ênfase ao papel desempenhado pelos Parceiros no planeamento e processo de decisão relacionado com os PFPs e ainda de tornar o PFP mais operacional.

A partir desta decisão os Parceiros poderão, no futuro, ter a capacidade de participar mais intimamente na formulação dos seus programas, assim como em operações em que poderão ser envolvidos. Para assegurar esta participação, serão instaladas células/elementos PFP nos vários níveis da estrutura de comando da Aliança e o Processo de Planeamento e Revisão será semelhante ao processo de planeamento de forças da Aliança.

Ainda em Sintra, foram acordadas as medidas para o alargamento do âmbito e intensificação da iniciativa para o Mediterrâneo, que foi inicialmente lançada durante a reunião dos Ministros de Defesa em Bruxelas e concretizada em Fevereiro de 1995, com a tomada de decisão para o início de negociações com o Egipto, Marrocos, Tunísia, Israel e Mauritânia. Foi ainda decidido estabelecer um novo comité, sob a autoridade do NAC, o Grupo de Cooperação para o Mediterrâneo, com a responsabilidade global do diálogo com os países mediterrânicos.

Contra-proliferação. A intensificação dos esforços de defesa por parte dos aliados face aos riscos inerentes à proliferação de armas nucleares, biológicas e químicas (NBQ), assim como dos seus meios de lançamento, é parte integrante da adaptação da Aliança ao novo contexto de segurança. O processo de planeamento de defesa da Aliança deve englobar a análise do potencial risco de emprego de armas NBQ por parte de países limítrofes. Como Aliança defensiva, a OTAN deve criar e manter um conjunto de capacidades que desencoragem a proliferação e o uso de armas de destruição maciça e ainda, se requerido, protejam o território, as populações e as forças contra o seu emprego. Esse conjunto de meios e medidas para desencorajar a proliferação, já fazem parte das propostas de forças para o ciclo de planeamento a iniciar em 1998.

Revisão do Actual Conceito Estratégico

O actual Conceito Estratégico, adoptado pela Aliança em 1991 em Roma, explicita os principais objectivos e finalidades da Aliança. Na cimeira de

Madrid foi decidido analisar o actual Conceito para garantir que este se encontra ainda adequado ás actuais solicitações e contexto de segurança. Numa primeira aproximação poder-se-á inferir que o actual Conceito reflecte as alterações ocorridas no contexto estratégico desde 1991 assim como, a necessária resposta da Aliança a essas alterações nomeadamente, o desenvolvimento do Concelho Euro Atlântico para a Parceria (EAPC), a intensificação do programa PFP, o alargamento, as novas relações com a Rússia e Ucrânia e ainda o desenvolvimento de laços com a UEO. No entanto a adaptação interna da Aliança deverá também ser reflectida no Conceito Estratégico, para incluir novos conceitos emergentes, tais como o CJTF, ESDI e a consequente evolução da estrutura de comando. Durante a cimeira acordou-se que a decisão para a revisão do Conceito Estratégico seria tomada durante a reunião ministerial deste Outono e que esta revisão iria confirmar o empenho dos aliados em consagrar o Elo Transatlântico e manter como missão primária a defesa colectiva. Resumidamente, iremos agora delinear o actual estado de situação para cada um destes pontos.

Identidade Europeia de Segurança e Defesa(ESDI)

Um dos factores principais para a transformação da Aliança, reiterado durante a Reunião Ministerial da NATO em Berlim durante a Primavera de 1996, tem sido o contínuo fortalecimento dos seu elos com a UEO, assim como a identificação de meios práticos para possibilitar o seu apoio ás operações lideradas por esta organização, no âmbito definido pela Declaração da UEO de Petersberg em Junho de 1992, nomeadamente em operações de prevenção de conflitos, gestão de crises e apoio humanitário. Em simultâneo, os aliados europeus têm sublinhado o seu empenhamento em reforçar a eficácia da sua contribuição à Aliança, como uma expressão da sua comunhão de responsabilidades e fortalecimento do Elo Transatlântico.

A ESDI está assim a ser desenvolvida dentro da Aliança para possibilitar o apoio aliado ás operações a serem lideradas pela UEO, com recurso à estrutura de comando, capacidade de planeamento e meios militares, evitando duplicações e simultaneamente, acentuando a solidariedade política.

Até esta data foram conseguidos muitos progressos nesta área definindo relacionamentos organizacionais como parte integrante da adaptação



interna da Aliança que, uma vez finalizados e acordados, estabelecerão o enquadramento para os diferentes tipos de apoio a ser disponibilizado pela OTAN às operações lideradas pela UEO. Têm sido considerados em particular, a inserção das necessidades específicas da UEO (forças e suas capacidades), no ciclo de planeamento de defesa da Aliança, acordos para a identificação de meios e capacidades OTAN a disponibilizar à UEO, elementos da estrutura de comando OTAN que possam ser utilizados para liderar e/ou apoiar uma operação sob o controlo político da UEO e ainda planos e procedimentos para consulta e troca de informação entre a OTAN e UEO.

Forças Operacionais Conjuntas e Combinadas (CJTF)

As CJTFs, são forças com grande mobilidade, multinacionais, englobando as três valências, dotadas dos meios e capacidades necessários a responder aos requisitos de uma operação militar específica, como operações para a Prevenção de Conflitos, Gestão de Crises e Humanitárias, mas também de Defesa Colectiva. Têm sido efectuados bastantes progressos relativamente ao Conceito das CJTF, como meio de melhorar a capacidade conferida à Aliança para, com pequeno prévio aviso, movimentar forças adequadas a responder às operações que atrás enunciámos. A enorme variedade e possibilidades de emprego, assim como as circunstâncias previstas para a utilização das CJTFs, irá colocar exigências consideráveis para o comando e controlo das forças que integram aquelas unidades, pelo que o papel dos Quartéis-Generais das CJTF assume uma importância crucial. Os elementos chave (núcleo) do QG para as CJTF, farão parte do pessoal que normalmente integra um determinado número de QGs da estrutura de comando OTAN. Este núcleo, que assume a designação de “núcleo de CJTF”, constituirá a base/esqueleto para a formação do QG quando este for activado.

A avaliação deste conceito foi iniciada em 1996, com a designação de três QGs (STRIKFLTLANT, AFSOUTH e AFCENT) para albergarem núcleos de CJTF. Decorrem actualmente naqueles comandos estudos e testes, estando também previsto aproveitar a realização de exercícios para testar, com o realismo possível, a utilização deste conceito e com os ensinamentos recolhidos proceder aos ajustamentos que forem julgados convenientes.

A Nova Estrutura de Comando

Princípios estruturais para a nova estrutura de comando

O princípio básico a que deve obedecer a nova estrutura de comando estabelece que ela deve ser orientada para a missão. Isto significa que cada comando deve estar preparado e ser capaz de realizar todo o leque de missões da Aliança, previstas para a sua região. São considerados os seguintes princípios orientadores para a definição da futura estrutura de comando:

Flexibilidade – Deve ser capaz de se adaptar a uma considerável variedade de situações, como atrás se referiu, por forma a ser capaz de conduzir todas as missões através de uma única estrutura de comando;

Eficiência – Deve existir um amplo espectro de capacidades efectivas e credíveis para dissuadir potenciais agressores, ou enfrentá-los e vencê-los se tal for necessário;

Coesão – A Aliança deve parecer e estar preparada para actuar em conjunto e a sua estrutura militar deve demonstrar coesão, solidariedade e preservar a ligação transatlântica;

Multinacionalidade – Os Quartéis-Generais e as forças devem ser multinacionais, demonstrando a determinação das nações em permanecerem e actuarem em conjunto contribuindo ainda, desta forma, para a criação de significativos níveis de forças;

Adequabilidade – Deve existir um equilíbrio entre os requisitos militares e o que é financeiramente possível;

Evolução da Estrutura de Comando

A estrutura de comando está actualmente a ser adaptada às necessidades do novo contexto de segurança, com a finalidade de garantir:

- Uma estrutura multinacional única, com capacidade de planear e conduzir a panóplia completa de missões da Aliança, sob o controlo político do NAC.
- Uma estrutura com maior mobilidade e capacidade de desdobramento.
- Uma estrutura que possibilite o desenvolvimento do ESDI no seu interior.

- A flexibilidade para garantir uma maior participação das nações do EAPC, assim como permitir a pronta assimilação de novos países membros.
- Uma organização eficiente em termos de custos, com capacidade de resposta a todas as necessidades políticas e militares.

Já foi dado um passo inicial, para a adaptação da Aliança, na sequência da decisão de dissolver um dos três MNCs, o CINCHAN, assim como reorganizar e simplificar a estrutura de comando nas regiões Noroeste e Central do ACE.

A perspectiva actual para a reformulação da estrutura de comando da Aliança, permite antecipar uma redução substancial que, quando acordada, eliminará o 4º nível de comando e a conseqüente reestruturação dos quartéis gerais remanescentes.

Alguns problemas importantes necessitam ainda de ser resolvidos, no entanto tudo leva a crer que a actual estrutura de comando que engloba 65 Quartéis Gerais, irá ser substancialmente reduzida para uma estrutura mais aligeirada que comportará apenas vinte.

Assim a estrutura actual, com quatro níveis de comando (Fig. 2), irá ser substituída por uma outra que, além de novas designações, terá três níveis na Europa e apenas dois níveis no Atlântico (Fig. 3). Esta transformação corresponde a uma necessidade de simplificação de toda a cadeia de Comando e Controlo, tornando a estrutura mais simples, flexível e capaz de responder às novas missões da Aliança. Os actuais MNCs passarão a ser designados por Comandos Estratégicos e os outros comandos por Comandos Regionais (RCs) e Sub-Regionais (SRCs), em virtude do conceito regional de defesa que substituiu o anterior conceito de defesa global da Aliança, como já foi referido anteriormente. Não poderá dizer-se que os RCs correspondem aos actuais MSCs e que os SRCs correspondem aos PSCs, pois têm missões diferentes, envolvendo geralmente maiores responsabilidades. Serão multinacionais, e terão uma capacidade Conjunta e Combinada, isto é das três valências militares, terra, mar e ar, com excepção dos comandos de uma só valência *Component Commands* (CCs) que, no entanto, serão os responsáveis para toda a região a que pertencem em relação a essa valência. Assim teremos CCs Ar e Navais (CC Air e CC Nav), com responsabilidade pelas operações aéreas e navais em toda a área associada ao Comando Regional, por ser este o tipo de operações que justifica a necessidade de comando e controlo centralizado para toda a área.

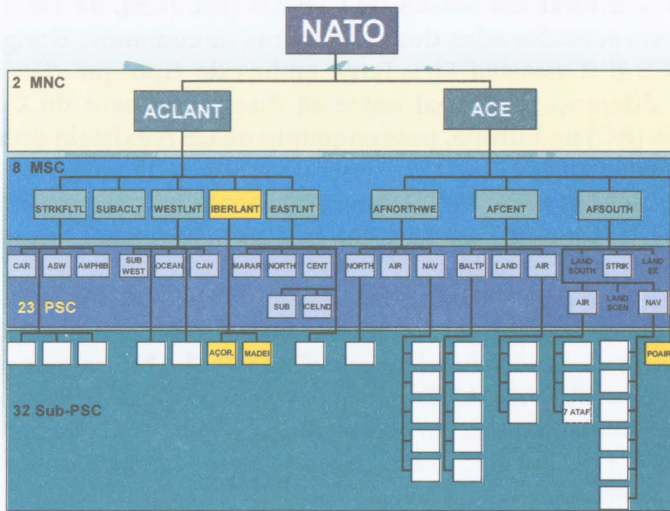


Fig. 2

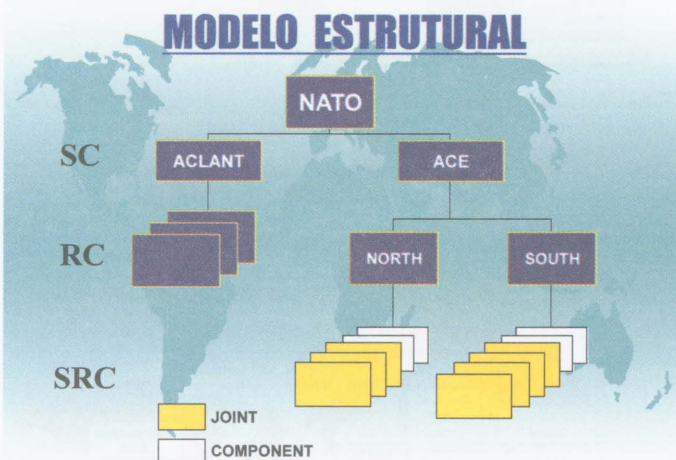


Fig. 3

No Comité militar em sessão de CHODs (MC/CS), de Dezembro de 1996, foram seleccionadas duas estruturas de comando, designadas por CS A e CS B (*Command Structure*), ambas do tipo que descrevemos, sendo a diferença principal entre as duas o número de Comandos Regionais (RC) na Europa, pois enquanto na CS A existem dois RCs, na CS B consideram-se três. Dado que foi manifestada uma grande preferência pela CS A, para um melhor rendimento no prosseguimento dos trabalhos, foi essa a estrutura escolhida como base para os desenvolvimentos em maior detalhe.

Nessa estrutura o SC Atlântico incluirá três RCs, o RC Oeste (RC W) em Norfolk, o RC Este (RC E) em Northwood e o RC Sudeste (RC SE) em Lisboa e dois comandos funcionais, o STRIKFLTLANT para operações de superfície e o SUBACLANT, para actividades submarinas. A estrutura Europeia é fundamentada em apenas duas regiões, o RC Norte (RC N) em Brunssum e o RC Sul (RC S) em Nápoles, incluindo cada uma delas dois CCs, um aéreo e um naval e três JSRCs no RC N e um número a definir no RC S, até ao máximo de quatro. (Fig. 4)

Actualmente decorrem estudos em áreas ainda indefinidas, tais como:

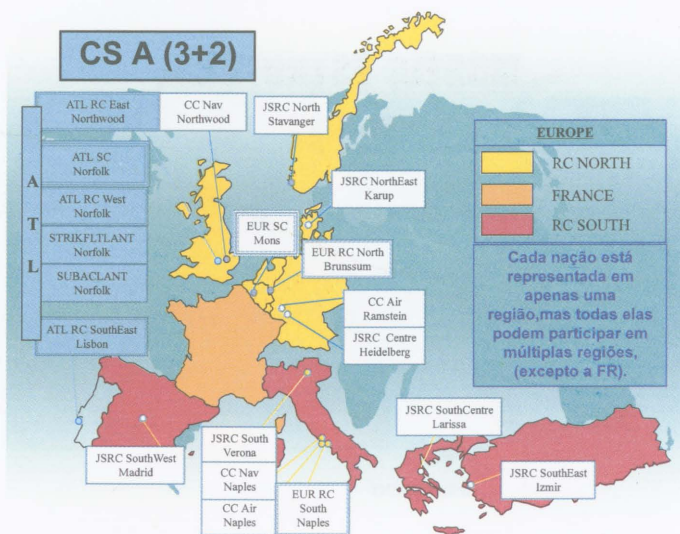


Fig. 4

- o desenvolvimento de tarefas e atribuições para cada um dos comandos identificados;
- uma análise, em função das suas atribuições e das necessidades em pessoal para cada um dos comandos;
- a definição do *interface* entre os dois SCs, que inclui a sua delimitação geográfica;
- a determinação do futuro dos comandos do actual quarto nível da estrutura.

Na cimeira de Madrid em 8 e 9 de Julho de 1997, verificou-se não ser possível encontrar um acordo consensual entre todos os Aliados, para resolução das diferenças existentes.

Para além da França ter considerado, que ainda não estavam reunidas as condições para a sua plena integração, o problema que se apresenta de mais difícil resolução prende-se com a oposição formal de uma das nações, ao número, tipo e localização dos comandos Sub-Regionais para a Região Sul. Existem ainda algumas reservas em relação a outros aspectos, como sejam, custos e pessoal, que se pretende não sejam superiores aos actuais, aguardando-se também uma solução, a ser encontrada bilateralmente, para Gibraltar. Uma outra situação que se encontrava em discussão, prendia-se com o relacionamento de comandos na área do Mediterrâneo ocidental, Península Ibérica e Atlântico e teria que ser resolvido em primeiro lugar por Portugal e Espanha. Embora a aprovação final tenha que ser obtida numa reunião do NAC Ministerial (MNEs), foi desde já encontrado um consenso entre os MDNs português e espanhol, nas margens da reunião de Ministros da Defesa da União Europeia, em Maastricht, em 1 e 2 de Outubro de 1997.

As expectativas actuais são de que a nova estrutura de comando possa vir a ser acordada pelos CHODs, no MC/CS de 1 de Dezembro de 1997, obtenha em seguida uma aprovação de princípio na reunião de MDNs, que terá lugar no dia imediato e seja confirmada pelos MNEs, durante a reunião ministerial do NAC, em 16 de Dezembro de 1997.

Ponto de vista nacional

Embora os trabalhos e negociações para o estabelecimento de uma renovada estrutura de comando estejam ainda a decorrer, não sendo possível

garantir qual vai ser a solução final, será porventura adequado antes de terminar, dar uma perspectiva ainda que breve dos pontos de vista nacionais em relação a este estudo, designado por *Long Term Study* (LTS), e que está a desenrolar-se sobre a responsabilidade do Comité Militar da OTAN (MC).

Portugal é membro pleno da OTAN, desde a sua fundação e o IBERLANT, cujos primeiros planos datam de 1950, foi criado em 1967. Este Comando OTAN, está colocado numa área geográfica, especialmente adequada para assumir responsabilidades quer no Atlântico Oriental, como no Mediterrâneo Ocidental e ainda na zona de potencial instabilidade do NW africano. Esta sua situação geográfica, a postura tradicional de Portugal, país hospedeiro, que sendo um país europeu, sempre privilegiou as suas relações transatlânticas, colocam-no numa situação muito especial para assumir o papel de charneira entre os Comandos estratégicos do Atlântico e da Europa e contribuir para o reforço do Elo Transatlântico. As suas capacidades de Comando e Controlo são das mais evoluídas da estrutura de comando OTAN e tem possibilidades de proporcionar apoio logístico às novas missões assim como áreas para o treino e exercício das forças. A existência destas condições e a forte convicção de que se dispunha de argumentos sólidos para defender e sustentar a preservação de um comando OTAN de nível intermédio, em solo nacional, foram as razões e a base da decisão das autoridades nacionais, ao definirem que esse seria o objectivo a alcançar no respeitante a esta matéria, no processo de reestruturação da Aliança. Os resultados obtidos até agora são plenamente satisfatórios, estando considerado em qualquer das duas estruturas que foram seleccionadas, um Comando Regional em solo português. Ainda se encontram em discussão aspectos de grande importância relacionados com as responsabilidades e actividades que virão a competir a esse comando, tendo no entanto já sido obtido, como atrás referimos, um acordo de princípio com as autoridades espanholas, aspecto que revestia uma especial importância para Portugal, pois a sua solução teria de ser primariamente obtida em negociações bilaterais. Uma vez que a aprovação definitiva só será obtida mais tarde, seria prematuro agora, acrescentar quaisquer pormenores em relação a esse acordo.

CONCLUSÃO

Pretendeu-se ao longo deste texto, fazer uma síntese dos aspectos mais relevantes da evolução da estratégia da Aliança Atlântica, como consequência dos acontecimentos recentes que começaram com a queda do Muro de Berlim em Novembro de 1989, a desintegração da União Soviética em 1991, e todas as grandes transformações que daí advieram na Europa Central e Oriental e que marcaram o fim da era da Guerra Fria. Todos estes acontecimentos, transformaram radicalmente a situação política na Europa e consequentemente os requisitos de segurança e defesa dos membros da Aliança. Admitiram alguns, que este desanuviamiento iria conduzir a uma estabilidade e a um clima de paz que inevitavelmente conduziria ao desaparecimento da OTAN, tanto mais que se tinha desagregado o seu opositor. No entanto os acontecimentos rapidamente demonstraram que os perigos para a paz e as ameaças à estabilidade permaneciam, embora revestindo outras formas, talvez até mais preocupantes nalguns aspectos, pelas suas características de imprevisibilidade. Foi por isso que nas Cimeira de Londres de Julho de 1990, Roma de 1991 e Bruxelas de 1994, os Chefes de Governo dos países da Aliança decidiram grandes transformações na estratégia da OTAN, para responderem ao novo ambiente político e estratégico e assim criarem as condições para que a Aliança, em cooperação com outras instituições, pudesse providenciar a segurança e a estabilidade indispensáveis à Europa. Assim surgiu o novo Conceito Estratégico da Aliança, adoptado em Roma em 1991, que mantendo como pedra basilar a Defesa Colectiva, introduz uma nova dimensão em relação à segurança, que deve basear-se no diálogo e na cooperação, e que se encontra consagrada na Declaração para a Paz e Cooperação, aprovada nessa mesma Cimeira.

Foram muitas as transformações que se têm vindo a processar e por isso tem sido tema em debate nos últimos tempos, a possível necessidade de rever novamente o Conceito Estratégico da Aliança. Argumentam alguns que, desde a sua aprovação, ocorreram uma série de desenvolvimentos políticos e estratégicos que devem ser reflectidos numa versão actualizada. Outros afirmam que os aspectos fundamentais e basilares do actual conceito se mantêm inalteráveis e que o Conceito se tem mostrado adequado ao longo destes últimos anos.

Assim, a necessidade de uma aproximação cautelosa foi reconhecida nos termos da proposta de revisão do Conceito, inicialmente em Sintra e

posteriormente durante a cimeira de Madrid. Dos comunicados finais de ambas as reuniões ficou clara a necessidade de uma revisão ligeira, apenas para o adequar às novas solicitações e novo contexto de segurança europeia e não uma alteração radical, proveniente de revisão detalhada e profunda.

É pois com grande expectativa que devemos aguardar a reunião ministerial do NAC, do próximo mês de Dezembro, onde muito provavelmente irão ter lugar decisões de grande importância, que em princípio deveriam ter tido lugar na Cimeira de Madrid, em Julho passado, mas que as partidas da história adiaram, como sejam a aprovação da nova estrutura e a integração plena da Espanha na Aliança.